

A questão dos intelectuais orgânicos e seus consensos sobre a educação básica: reprodução no jornal *Valor Econômico**

La cuestión de los intelectuales orgánicos y su consenso sobre la educación básica: la reproducción en el diario *Valor Económico*

The question about the organic intellectuals and their consensus about basic education: reproduction on the periodic Valor Econômico

Alessandra Luise Nienkotter**

Mariléia Maria da Silva***

Pedro Antonio Soares Petri****

Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil

Cómo citar: Nienkotter, A. L., da Silva, M. M. y Soares, P. A. (2025). A questão dos intelectuais orgânicos e seus consensos sobre a educação básica: reprodução no jornal *Valor Econômico*. *Revista Colombiana de Sociología*, 48(1), 45-67.

DOI: <https://doi.org/10.15446/rsc.v48n1/115424>

Artículo de investigación científica y tecnológica

Recibido: 29 de junio del 2024 Aprobado: 20 de noviembre del 2024

* O artigo em tela é fruto de discussões no âmbito da pesquisa “As contribuições de Lênin e Gramsci na análise das determinações das políticas educacionais no Brasil nas últimas décadas”, da qual participam os autores deste artigo, bem como beneficiou-se dos resultados de pesquisa realizada por Alessandra Luise Nienkotter no mestrado em educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, e que resultou na dissertação “Dirigir o pensamento e influir no futuro: a (re)produção de consensos sobre a educação básica brasileira no jornal “Valor Econômico” de 2016 a 2021”, defendida em julho de 2023. Agradecemos o fomento da pesquisa por parte da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (Fapes).

** Doutoranda em educação na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Florianópolis/SC, Brasil. Mestra em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Pesquisadora do Laboratório de Pesquisa Lutas Sociais, Trabalho e Educação (LUTE).

Correo electrónico: alessandra.nienkotter@edu.udesc.br - ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6511-3805>

*** Professora Titular do Departamento de Pedagogia da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Florianópolis/SC, Brasil. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC, Brasil. Pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Udesc. Coordenadora do Laboratório de Pesquisa Lutas Sociais, Trabalho e Educação (LUTE). Coordenadora da pesquisa “As contribuições de Lênin e Gramsci na análise das determinações das políticas educacionais no Brasil nas últimas décadas”.

Correo electrónico: marileia.silva@udesc.br - ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8746-9001>

**** Estudante de graduação no curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC, Brasil. Bolsista de iniciação científica. Membro do grupo de pesquisa Lutas Sociais, Trabalho e Educação (LUTE).

Correo electrónico: pedro.petri@edu.udesc.br - ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-4947-974X>

Resumo

O estudo tem como objeto os artigos de opinião que versam sobre a educação básica brasileira, publicados entre 2016 e 2021, no jornal *Valor Econômico*. Determinado periódico foi escolhido para análise devido à sua posição de influência editorial e ampla circulação entre as frações empresariais. O objetivo é investigar a função dos autores dos artigos enquanto intelectuais e os consensos que emergem em seus escritos, onde se revela a agenda das diferentes frações burguesas para a educação. A categoria intelectual orgânico, de Antonio Gramsci, auxilia a compreender que os articulistas que assinam os artigos são intelectuais do empresariado, que atuam em uma frente ideológica visando a reprodução, na grande mídia, da ideologia burguesa. A pesquisa orienta-se pelo método do materialismo histórico-dialético e pelas ferramentas metodológicas de análise documental e análise de conteúdo de Bardin (2011), cujos resultados estão divididos em quatro unidades de contexto: A Base Nacional Comum Curricular e a Reforma do Ensino Médio; O financiamento e a gestão da educação básica; A questão da formação e carreira docente; e Capital Humano e Produtividade. Essas unidades, que categorizam as temáticas discutidas nos artigos, revelam o reforço de um discurso que culpabiliza os professores e a gestão pública pela má qualidade da educação, e estabelece métricas de qualidade baseadas nos resultados de provas de larga escala, como o PISA. Os consensos presentes nos artigos refletem o ideário burguês, reproduzido pelos intelectuais do empresariado brasileiro, convergindo na ideia de que a educação básica é a responsável pela formação de Capital Humano, defendido como alavanca para a produtividade e para o desenvolvimento econômico do Brasil, obnubilando o interesse pelo aumento da taxa de lucro do capital em detrimento de uma educação comprometida com o processo de emancipação humana.

Palavras-chave: artigos de opinião, Brasil, consensos, educação básica, intelectuais orgânicos, *Valor Econômico*.

Descritores: Brasil, educação básica, ideologia, imprensa periódica.

Resumen

El estudio se centra en artículos de opinión que tratan sobre la educación básica brasileña, publicados entre 2016 y 2021, en el diario *Valor Econômico*. El específico periódico elegido para el análisis fue seleccionado por su posición de influencia editorial y amplia circulación entre los sectores empresariales. El objetivo es investigar la función intelectual de los autores de los artículos y consensos que emergen en sus escritos, buscando revelar la agenda de las diferentes fracciones burguesas para la educación. A partir de la categoría de intelectual orgánico de Antonio Gramsci, se entiende que los autores que publicaron los artículos son intelectuales del mundo empresarial, que trabajan en un frente ideológico con el objetivo de reproducir, en los grandes medios de comunicación, el mecanismo de mantenimiento de la ideología burguesa. La investigación se guía por el método del materialismo histórico-dialéctico y herramientas metodológicas de análisis documental y análisis de contenido de Bardin (2011), cuyos resultados se dividen en cuatro unidades de contexto: La Base Curricular Común Nacional y la Reforma de la Escuela Secundaria; el financiamiento y gestión de la educación básica, la cuestión de la formación y carrera docente y el Capital Humano y la Productividad. Estas unidades, que categorizan los temas discutidos en los artículos, revelan el refuerzo de un discurso que culpa a los docentes y a la gestión pública por la mala calidad de la educación, y establece métricas de calidad basadas en los resultados de exámenes de gran escala, como el Programa Internacional de Evaluación de Estudiantes (PISA). Se considera que el consenso presente en los artículos refleja ideas burguesas, reproducidas por intelectuales empresariales brasileños, que convergen en la idea de que la educación básica es responsable de la formación del capital humano, esto como palanca para la productividad y el desarrollo económico de Brasil, ensombreciendo el interés por aumentar la tasa de ganancia del capital en detrimento de una educación comprometida con el proceso de emancipación humana.

Palabras clave: artículos de opinión, Brasil, consensos, educación básica, intelectuales orgánicos, *Valor Econômico*.

Descriptor: Brasil, educación básica, ideología, prensa periódica.

Abstract

The study focuses on opinion articles that discuss Brazilian basic education, published between 2016 and 2021, in the newspaper *Valor Econômico*. This specific periodical was chosen for analysis due to its position of editorial influence and broad circulation among business sectors. The objective is to investigate the role of the authors of these articles as intellectuals and the consensus that emerges in their writings, revealing the agenda of various bourgeois factions regarding education. Antonio Gramsci's concept of 'organic intellectual' helps to understand that the writers of these articles are intellectuals from the business community, engaged in an ideological front aimed at reproducing bourgeois ideology in the mainstream media. The research is guided by the method of historical-dialectical materialism and methodological tools such as document analysis and content analysis by Bardin (2011), whose results are divided into four contextual units: The National Common Curricular Base and the High School Reform; Financing and management of basic education; Issues related to teacher training and career; and Human Capital and Productivity. These units categorize the themes discussed in the articles, revealing a discourse that blames teachers and public management for the poor quality of education, and establishes quality metrics based on the results of large-scale tests like PISA. The consensus found in the articles reflects bourgeois ideology, propagated by Brazilian business intellectuals, converging on the idea that basic education is responsible for shaping Human Capital, seen as a lever for productivity and economic development in Brazil, overshadowing the interest in increasing the capital's profit rate at the expense of an education committed to the process of human emancipation.

Keywords: basic education, Brazil, consensus, opinion articles, organic intellectuals, *Valor Econômico*.

Descriptors: basic education, Brazil, ideologies, periodical press.

Introdução

O trabalho em tela tem como objetivo apreender a iniciativa de intelectuais orgânicos do capital na produção e reprodução de consensos sobre a educação básica brasileira mediante a análise de artigos de opinião, veiculados no jornal brasileiro *Valor Econômico*, no período de 2016 a 2022¹. Compreende-se que esses articulistas-empresários, aos quais chamaremos de ‘intelectuais’, cumprem importante função na sociedade civil, reproduzindo consensos que balizam o ideário de uma determinada agenda política na mídia, formando, portanto, uma significativa frente ideológica, que tem como tarefa educativa forjar um senso comum sobre a educação básica, que normalize as interferências e elaborações da burguesia na educação pública.

O jornal *Valor Econômico*, voltado para discutir os temas de economia, negócios e investimentos no âmbito brasileiro e mundial, foi fundado em 2000 pelos grupos “Globo” e “Folha”. A circulação física foi iniciada de forma concomitante à sua versão digital, e parte do seu editorial foi composta por ex-funcionários do então maior jornal brasileiro de economia, a *Gazeta Mercantil*, que se encontrava em crise financeira e prestes a fechar as portas. Desde então, o *Valor* consolidou-se como um dos mais importantes canais sobre economia no país. Em 2016, o grupo “Globo” tornou-se o único detentor dos direitos do periódico. O *Valor Econômico* hoje consolida-se como um dos mais importantes canais voltados ao debate econômico do Brasil, com circulação de 107 mil assinaturas entre as versões física e a digital².

A pesquisa aqui apresentada investigou os artigos de opinião publicados entre os anos de 2016 a 2021, período de fortes tensionamentos no âmbito do governo federal, que incluem o período do golpe parlamentar midiático, que resultou no impeachment da então presidente Dilma Rousseff (PT, 2011- 2016), na assunção de Michel Temer (2016-2018) e eleição de Jair Bolsonaro (2019-2022), contexto sob o qual se fizeram presentes debates e importantes definições sobre as reformas educacionais, dentre estas, a do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular. Buscou-se fazer o levantamento das análises e opiniões reiterativas que sinalizassem a produção e/ou reprodução de determinados consensos sobre a educação básica durante o referido

1. O trabalho em tela faz parte de um projeto guarda-chuva financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (Fapesc), intitulado “As contribuições de Lênin e Gramsci na análise das determinações das políticas educacionais no Brasil nas últimas décadas”. O projeto de pesquisa busca analisar aspectos das últimas políticas educacionais no Brasil à luz de contribuições das categorias de Lênin e Gramsci, analisando, principalmente, o papel do Estado, compreendido em seu caráter integral.
2. Os dados apresentados podem ser encontrados no artigo ‘*Valor*’ cresce 22% e alcança 107 mil assinaturas, por João Luiz Rosa. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/01/30/valor-cresce-22-e-alcanca-107-mil-assinaturas.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2024.

recorte temporal.

O método de análise da pesquisa utilizado foi o materialismo histórico-dialético, considerando que

O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes [...]. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. (Marx, 2008, p.25)

No método de Marx e Engels, segundo Netto (2011, p. 53), é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador. O método implica, portanto, uma determinada perspectiva do sujeito que pesquisa para que, na sua relação com o objeto, extraia-se dele as suas múltiplas determinações. O sujeito pesquisador, no método materialista histórico-dialético, parte da aparência do objeto visando, na reprodução no plano ideal, capturar sua essência, sua estrutura e sua dinâmica.

Já enquanto ferramenta investigativa foi utilizada a metodologia de pesquisa de análise documental, considerando como documentos as produções publicadas pelo *Jornal Valor Econômico* no período estudado. Segundo Evangelista (2012), documentos são produzidos por sujeitos históricos. Logo, estão embebidos de consciência humana, de determinação histórica:

[...] se compreendemos a empiria como “gestada” na história, como manifestação da consciência humana na história, e se a tomamos como passível de conhecimento pelo sujeito histórico podemos considerar que conhecê-la é conhecer a própria consciência do homem. Pelo seu conhecimento é possível articular outras formas de consciência. Em síntese, expressam vida, conflitos, litígios, interesses, projetos políticos – história. Na efervescência dessas determinações se encontram pesquisador, documento e teoria. (Evangelista, 2012, p. 56, grifo no original)

Portanto, ao debruçar-se sobre esses documentos, entende-se que, enquanto produções de sujeitos históricos, expressam projetos e agendas, ideários e ideologias. Nesse sentido, é fundamental o aprofundamento da investigação, a partir dos documentos, sobre essa parcela intelectual do empresariado e de seus discursos reproduzidos na grande mídia. Compreende-se que a investigação do projeto hegemônico burguês de subsunção da educação ao capital, na atualidade, e as estratégias utilizadas em seus canais massificados de informação, revela-se de extrema importância no campo das pesquisas em educação.

No processo metodológico de coleta e análise dos documentos adotou-se a ferramenta de busca do periódico online, rastreando a palavra-chave ‘educação’, utilizando como filtro o período temporal delimitado na pesquisa, entre 2016 e 2021. Dessa maneira, os resultados aparecem de forma decrescente, contendo todas as matérias que citam ‘educação’, sem indicação de qual seção do periódico *Valor Econômico* pertencem. Nesse primeiro processo de busca, 1832 matérias foram exibidas, mas, na sua grande maioria, não eram artigos de opinião, ou não tratavam diretamente de educação. A partir dessas matérias, a seleção deu-se filtrando apenas os artigos de opinião que versassem sobre educação básica. Ao final dessa seleção, foram escolhidos 110 artigos que tratavam sobre educação básica, conforme pode ser observado na tabela 1.

Os 110 artigos selecionados foram examinados de acordo com a análise temática proposta por Bardin (2011), segundo a qual, parte-se de um tema, no caso aqui, a educação, como uma unidade de registro, com a finalidade de segmentar e categorizar os documentos selecionados. Conforme Bardin, a escolha do tema como unidade de registro na pesquisa é “[...] geralmente utilizada como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências etc” (2011, p. 134).

Tabela 1. Relação ano x quantidade de artigos encontrados no Jornal *Valor Econômico* sobre o tema educação

Ano	Matérias gerais sobre educação	Artigos de opinião
2016	232	13
2017	312	14
2018	164	15
2019	317	12
2020	489	22
2021	318	22
Total	1832	110

Fonte: Nienkotter, A.L. (2023).

Uma vez realizada a listagem dos 110 artigos de opinião que versavam sobre ‘educação básica’, seguiu-se a identificação de unidades de contexto (Bardin, 2011) para a sistematização dos temas abordados

nos artigos, mas também para facilitar a apreensão da significação individual dos artigos em uma totalidade. As unidades de contexto são, portanto, auxiliares na compreensão do sentido das particularidades dos textos, dentro da totalidade das matérias coletadas, e foram elaboradas após o processo da leitura e categorização dos artigos em palavras-chave, capturando as temáticas recorrentes nas opiniões dos autores que assinam os artigos. Assim, quatro unidades de contexto emergiram: a Base Nacional Comum Curricular e a Reforma do Ensino Médio; a questão da formação e carreira docente; o financiamento e a gestão da educação básica; e Capital Humano e produtividade.

O artigo em tela está dividido em quatro seções, além desta introdução. Inicialmente aborda-se a categoria dos intelectuais orgânicos, nos termos de Antonio Gramsci, entendendo os autores dos artigos como intelectuais da fração empresarial burguesa, e busca contextualizar tal função intelectual no jornal como reprodução de consensos sobre a educação básica. Posteriormente, apresenta-se os intelectuais que mais produziram artigos, dentro do recorte temporal da pesquisa, situando-os política e profissionalmente, assim como identificando seus vínculos com os ‘aparelhos privados de hegemonia’. Na sequência, apresenta-se e analisa-se as quatro unidades de contextos que emergiram dos 110 artigos de opinião publicados no *Valor Econômico*: a Base Nacional Comum Curricular e a Reforma do Ensino Médio; a questão da formação e carreira docente; o financiamento e a gestão da educação básica; e o Capital Humano e produtividade. Por fim, faz-se uma breve reflexão sobre a importância desse tipo de pesquisa na análise das políticas educacionais no país, bem como sua validade para a compreensão de outros contextos sociais na América Latina, igualmente atravessados por políticas que respondem à ordem do capital em detrimento dos interesses e necessidades da classe trabalhadora.

Os intelectuais em Gramsci

Conforme já anunciado, esta pesquisa pretende contribuir na discussão sobre uma fração do empresariado formada por intelectuais orgânicos do capital, com a função de formular e promover a irradiação de consensos sobre a educação básica. Parte-se do pressuposto de que a reprodução de determinados consensos sobre a educação na grande mídia no Brasil, assim como na discussão e elaboração de políticas públicas educacionais, corresponde às demandas da atual fase de acumulação de capital. Do ponto de vista da classe trabalhadora tais demandas implicam na ampliação da exploração da força de trabalho dos profissionais da educação e transformação da educação pública como um direito em novos nichos de mercado, que são interesses imediatos das mais diversas frações capitalistas.

Para Andrade e Motta (2020), o processo educativo torna-se fundamental na adaptação da classe trabalhadora aos processos

produtivos no capitalismo, posto que, além do treinamento técnico necessário, também dissemina a ideologia dominante, perpetuando a aceitação passiva da exploração da força de trabalho. Diante desse contexto, e tendo em vista o objeto de discussão aqui proposto, é de fundamental importância apresentar as elaborações de Gramsci sobre a função do intelectual orgânico na sociedade de classes.

Ressalta-se que a escolha de Gramsci para discutir a questão dos intelectuais, em detrimento de outras tradições teórico-metodológicas, justifica-se em razão de sua leitura de Estado, traduzida na categoria de Estado integral. O intelectual em Gramsci somente pode ser compreendido, portanto, a partir da leitura da totalidade, ou seja, na leitura do Estado em sua integralidade, composto por uma relação entre o Estado restrito e as forças atuantes na sociedade civil. Esta ampliação do conceito marxista de Estado nos ajuda a compreender a complexa e dialética trama de disputa por hegemonia, que pode ser observada nos processos de elaboração de consensos, cuja função do intelectual orgânico é fundamental nesse processo, seja no âmbito do aparelho de Estado, ou na sociedade civil.

Considerado um dos mais importantes marxistas do século xx, Antonio Gramsci (1891-1937) pondera sobre o Estado partindo da concepção marxista, afirmando em um de seus escritos carcerários que “[...] o Estado ut sic não produz a situação econômica, mas é a expressão da situação econômica” (Gramsci, 2022, p. 381). O filósofo italiano da práxis, compreendendo que as relações dentro do Estado são mais complexas e imbricadas do que eram em outros momentos da história do capitalismo na Europa e no mundo, disserta, por conseguinte, a respeito de um ‘Estado integral’.

O Estado integral, para Gramsci, é composto pela sociedade civil e sociedade política; essa última corresponde à “[...] forma de vida estatal a que se dá o nome de Estado e que, vulgarmente, é entendida como todo o Estado” (Gramsci, 2019, p. 283), e a sociedade civil corresponde à “[...] hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado” (Gramsci, 2019, p. 228). Gramsci ainda alerta que essa distinção na composição não se dá no funcionamento do Estado em si, sendo sua dinâmica de maneira orgânica.

No Estado integral também se encontram os aparelhos privados de hegemonia (APHs). Os APHS, segundo o autor, compõem e estão na sociedade civil. Igrejas, escolas, partidos e imprensa, por exemplo, podem ser considerados, e “[...] é em torno a eles que se organizam as vontades coletivas, seja dos grupos dominantes, seja dos dominados” (Mendonça, 2014, p. 35). Enquanto aphs, é necessário que esses organismos produzam consensos sobre a realidade na sociedade civil, abrindo caminho para as ações e políticas demandadas pelo capital, já que a hegemonia “[...] não é apenas política, mas é também um fato cultural, moral, de concepção de mundo” (Gruppi, 1976, p. 73).

Dentre muitas das temáticas abordadas nos Cadernos do Cárcere,

Antonio Gramsci se preocupou em conferir centralidade às questões referentes aos intelectuais, em especial em seu décimo segundo caderno, conhecido como “Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais”. Sua concepção acerca dos intelectuais traz consigo uma originalidade particular, oriunda da astuta captação dos movimentos de transformação no cerne da sociedade civil de seu tempo (Semeraro, 2001). Partindo de uma indagação acerca da autonomia/independência dos grupos intelectuais frente aos demais agrupamentos sociais, o autor sardo argumenta que cada grupo social, quando estabelecido em dada parte da estrutura da produção da vida material, “[...] cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (Gramsci, 2022, p.15).

Outra constatação que fundamenta o entendimento acerca dos intelectuais é a sua famosa afirmação de que todos os homens seriam intelectuais, mesmo que nem todos exerçam essa função (Gramsci, 2022). A capacidade cognitiva-intelectual do sujeito deixa de ser o elemento caracterizador do indivíduo intelectual, sendo substituída pela posição que esse ocupa na sociedade a partir das relações sociais que caracterizam sua função. Dito isso, para o exercício da função de intelectual são formados grupos especializados, atrelados aos seus grupos sociais de origem ou não, a fim de desempenhar a tarefa diretiva e formativa³ que garantirá a unidade de ação-pensamento.

Gramsci cita o empresário capitalista como exemplo de intelectualidade, pois esse “[...] cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc.” (Gramsci, 2022, p. 15). Ainda sobre o empresário, o autor discorre sobre a particularidade desse sujeito que representa uma formação social de caráter superior, dotado de uma técnica e capacidade diretiva e, conseqüentemente, intelectual, que o permite ser um organizador de confiança dos homens (Gramsci, 2022). Assim, percebe-se a presença de uma certa ‘autoridade’ capaz de validar as posições e elaborações do empresário capitalista, uma vez que representa a função dirigente em sua classe.

É necessário também compreender a existência de frações especializadas no interior dos grupos de intelectuais:

Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a *necessidade de criar as condições mais favoráveis à*

3. Vale salientar que, mesmo que originários da estrutura da vida produtiva, a formação dos intelectuais não seria restrita ao campo econômico, pois sua função perpassa a cultura, a política e o social, no intuito de melhor homogeneizar o todo do grupo social.

Desse modo, são historicamente formadas categorias especializadas ao exercício da intelectualidade, atrelados aos grupos sociais, em especial aos grupos de maior importância e ao grupo dominante, cujas elaborações se complexificam (Gramsci, 2022). Considera-se que essa formação não ocorre em abstrato, mas sim na concretude dos processos históricos. Gramsci observa esse processo na formação de pequenos e médios intelectuais burgueses do campo e da cidade, no começo do século xx na Itália, que produziam, respectivamente, seus funcionários estatais e técnicos industriais. A diferenciação entre os intelectuais produzidos no campo e nas áreas urbanas se mostra resultado dos diferentes processos históricos ocorridos nesses locais, confirmando a tese do marxista sardo.

Dissertando sobre a atividade intelectual, e pensando o papel do jornalismo na atividade intelectual da classe trabalhadora, Gramsci (2022) afirma que o intelectual é, de fato, um profissional dotado das técnicas e ferramentas necessárias para a direção de seu grupo. Suas aptidões e saberes não estão no nível do conhecimento vulgar, mas são especializados; portanto, são qualificados para as atividades e formulações presentes na atividade intelectual. Dentre as aptidões para exercer a intelectualidade, o italiano traça importantes competências e conhecimentos que delineiam o trabalho educativo-formativo do intelectual: a dedução e a indução de forma combinada, a lógica formal e a dialética, identificação e distinção, a demonstração positiva e a destruição do velho com base na realidade e nas experiências efetivas (Gramsci, 2022).

Os intelectuais urbanos são fundamentais para que se compreenda a formação intelectual do empresariado hodierno. O que pode ser compreendido como intelectualidade empresarial, tal qual conhecemos na atualidade, estabeleceu-se no período de redemocratização do Brasil, como historiciza Casimiro (2016), em sua importante pesquisa sobre o que compreende como a Nova Direita, resultante da reorganização de frações burguesas pós-golpe civil-empresarial-militar. Conforme o autor,

A partir da segunda metade dos anos 1970, diante do processo de transição da ditadura civil-militar para a Nova República – movimento “lento, gradual” e, acima de tudo, seguro para as estruturas dominantes do país –, a burguesia brasileira já começa a reagir frente às formas de organização das classes trabalhadoras e a organizar suas estratégias para adequar-se às novas formas de se relacionar com o Estado em redemocratização. Frações da grande burguesia começaram suas articulações no sentido de reestruturar e/ou criar novas organizações que os representassem em face das novas perspectivas de ação política e ideológica com a abertura no bloco de poder. Nesse momento, surge ainda de forma pouco coordenada, tentativas de atuação empresarial no sentido de defender seus interesses, partindo de pressupostos de defesa

da propriedade privada e da economia de mercado, reclamando a redefinição do papel do Estado brasileiro, já influenciadas por concepções neoliberais. (Casimiro, 2016, p.47)

Amparado ainda pelo estudo de René Dreifuss (1981)⁴ sobre as composições intelectuais da burguesia no período do golpe e na redemocratização, Casimiro analisa o que chama de “aparelhos de ação política ideológica” e as suas estratégias de dominação entre os anos de 1984 e 2014. Entre os aparelhos, Casimiro cita inúmeras instituições, organizações e movimentos, incluindo veículos da grande mídia, nos quais esses intelectuais se organizam e espriam sua ideologia, citando, por exemplo, o Valor Econômico como um espaço midiático utilizado por inúmeros deles.

Os intelectuais no *Valor Econômico*

Ao analisar a educação brasileira contemporânea, Andrade e Motta (2022) intitulam os empresários que atuam na frente ideológica e direita educacional como empresariado educacional:

Hoje, concebemos o empresariado como um grupo de empresários vinculados aos mais diversos setores que possuem capacidade técnica e dirigente, adquirida e não inata. Ao nosso entender, a maior parcela desse empresariado é integrada por um quadro ativo e operante de prepostos, isto é, de funcionários da classe dominante, aos quais são confiadas as tarefas conectiva, educativa, persuasiva e organizativa. Nas mais diversas esferas da vida social atuam coletivamente com vistas tanto à organização da atividade econômica que lhes é mais próxima quanto à conformação social, mormente pela difusão sistemática de determinados modos de sentir e pensar a vida, bem como de agir sobre ela. Noutros termos, atuam tanto na organização e controle da “sua” parcela da esfera econômica quanto no aparelho estritamente estatal e na difusão de determinadas ideologias, principalmente via aparelhos de hegemonia, que dão forma, sentido e coerência ao conteúdo econômico-social. (p. 23, grifo nosso)

Portanto, considerando as contribuições de Gramsci sobre a tarefa intelectual e pesquisas posteriores que trabalharam com a categoria de intelectuais orgânicos, compreende-se que os articulistas que produziram os artigos de opinião no “Valor Econômico” são intelectuais orgânicos da fração burguesa empresarial do atual bloco histórico, e que têm a função de reproduzir determinados consensos sobre a educação básica em mídias de informação, a fim de espriar o que consideram dados e

4. René Armand Dreifuss (1945-2003), professor e pesquisador de origem uruguaia. Apresentou e elaborou categorias e conceitos de análise para a compreensão da atuação empresarial na construção da hegemonia.

evidências, e organizar as iniciativas burguesas da sociedade civil em torno da educação, condizente às frações de classe às quais representam.

A presença dos intelectuais empresários na educação pública brasileira é um objeto de estudo que vem crescendo nas pesquisas educacionais desde os anos 2000, quando fortes movimentos organizados são criados no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2006). Destaca-se aqui os estudos de Lamosa (2020), no grupo “Estado, Poder e Educação” (Liepe)⁵; o “Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação” (Colemarx)⁶, com destaque para as pesquisas de Andrade e Motta (2022;2020); o “Grupo de Estudo sobre Política Educacional e Trabalho” (Gepeto)⁷ e do Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho (TMT)⁸, e o grupo de pesquisa “Lutas Sociais, Trabalho e Educação” (Lute)⁹, particularmente em Dourado e Silva (2024).

A seguir, apresenta-se na tabela 2 a relação dos intelectuais que mais produziram artigos no recorte temporal da pesquisa, as instituições às quais se vinculam, e o número de artigos produzidos:

Os institutos “Alfa e Beto”¹⁰, “Península”¹¹ e “Todos pela Educação”¹² são os únicos voltados unicamente para a educação básica. O “Alfa e Beto” tem como foco principal a comercialização de materiais e programas pedagógicos pautados no princípio da “educação baseada em evidências”, além da difusão e promoção do método fônico de alfabetização. O Instituto Península é voltado para pesquisas, materiais pedagógicos e cursos para docentes, direcionando para os aspectos socioemocionais dos professores.

Os institutos “Alfa e Beto”¹³, “Península”¹⁴ e “Todos pela Educação”¹⁵ são os únicos voltados unicamente para a educação básica. O “Alfa e Beto” tem como foco principal a comercialização de materiais e programas pedagógicos pautados no princípio da “educação baseada em evidências”, além da difusão e promoção do método fônico de alfabetização. O Instituto Península é voltado para pesquisas, materiais

5. Mais informações do grupo em: <https://liepe.amandy.com.br>. Acesso em: 5 ago. 2024.
6. Mais informações do grupo em: <https://colemarx.educacao.ufjf.br>. Acesso em: 5 ago. 2024.
7. Mais informações do grupo em: <https://tmt.ced.ufsc.br>. Acesso em: 5 ago. 2024.
8. Mais informações do grupo em: <https://gepeto.ced.ufsc.br>. Acesso em: 5 ago. 2024.
9. Mais informações do grupo em: <https://www.udesc.br/faed/lute>. Acesso em: 5 ago. 2024.
10. Disponível em: <https://www.alfabeto.org.br>. Acesso em: 25 mar. 2024.
11. Disponível em: <https://www.institutopeninsula.org.br>. Acesso em: 25 mar. 2024.
12. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br>. Acesso em: 25 mar. 2024.
13. Disponível em: <https://www.alfabeto.org.br>. Acesso em: 25 mar. 2024.
14. Disponível em: <https://www.institutopeninsula.org.br>. Acesso em: 25 mar. 2024.
15. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br>. Acesso em: 25 mar. 2024.

pedagógicos e cursos para docentes, direcionando para os aspectos socioemocionais dos professores.

Tabela 2. Maiores ocorrências de instituições vinculadas aos intelectuais articulistas do *Valor Econômico*

Instituições e órgãos	Número de artigos publicados entre 2016 a 2022	Nomes
Instituto Alfa e Beto	21	João Batista Araujo e Oliveira
“Valor Econômico” (colunistas e editorial)	21	José Roberto Campos, Maria Clara R. M do Prado
Insper	15	Naercio Menezes Filho e Vinícius de Bragança Müller e Oliveira
Fundação Getúlio Vargas	12	Armando Castelar Pinheiro, Tiago Cavalcanti, Pedro Ferreira, Renato Fragelli e Nilson Teixeira
Instituto Península	7	Ana Maria Diniz e Heloisa Morel
Fundação Roberto Marinho	5	André Vieira, Katcha Poloponsky, Rosalina Soares e Wilson Risolia
Todos pela Educação	5	Priscila Cruz, Olavo Nogueira e Gabriel Corrêa
Total	86	

Fonte: Nienkötter, A.L. (2023).

O “Insper”¹⁶ e a “Fundação Getúlio Vargas” são instituições de ensino superior voltadas, principalmente, para a área econômica e administrativa. Realizam ampla gama de pesquisas e possuem amplos repositórios de dados. O “Insper” possui pelo menos seis centros de pesquisa de educação, nos quais os intelectuais citados na tabela acima, vinculados com a instituição, constam como pesquisadores e

16. Disponível em: <https://www.insper.edu.br>. Acesso em: 25 mar. 2024.

coordenadores¹⁷.

Já as fundações “Roberto Marinho”¹⁸ e “Todos pela Educação” possuem um longo histórico de iniciativas na educação básica e uma larga rede de associações e parcerias com outras organizações, também proeminentes da sociedade civil. Destaca-se que a “Fundação Roberto Marinho”, por exemplo, possui projetos e organizações que trabalham diretamente na educação básica e na inserção de jovens da classe trabalhadora no mundo do trabalho¹⁹. O “Todos pela Educação”, em especial, possui uma vasta lista de ‘conquistas’ dos movimentos organizados, como, por exemplo, o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação PDE e o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, de 2007, e, segundo Ana Maria Diniz, uma de suas fundadoras, em 2006, conta ainda com grandes vitórias como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)²⁰, a reforma do ensino médio e o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de 2021 (Diniz, 2021, online).

Outro dado importante é que tanto o “Instituto Península” quanto a “Fundação Roberto Marinho” foram criados e são capitaneados, até hoje, por duas das famílias mais ricas do país: a família Diniz, do império “Pão de Açúcar”²¹, e a família Marinho, proprietária do “Grupo Globo”²², maior conglomerado midiático da América Latina, e dona, também, do jornal *Valor Econômico*²³.

Para compreender a produção e reprodução de consensos a partir dos intelectuais elencados, considera-se que esses, na condição de intelectuais orgânicos, possuem como fim de suas atividades a direção do pensamento. Essa tarefa, longa e complexa, se apresenta como um processo contínuo, que corresponde aos projetos político-intelectuais de determinado momento histórico e de determinada classe. Assim, a transformação dos consensos e do senso comum se dá por uma

17. As informações podem ser verificadas em: <https://www.insper.edu.br/pesquisa-e-conhecimento/>. Acesso em: 25 mar. 2024.
18. Disponível em: <https://www.frm.org.br>. Acesso em: 25 mar. 2024.
19. O *Aprendiz Legal*, por exemplo, é um projeto de longa data que tem como objetivo a formação profissional de jovens e sua inserção em estágios e empregos formais. Disponível em: <https://aprendizlegal.frm.org.br/o-programa>. Acesso em: 24 mar. 2024.
20. Essa e as demais políticas educacionais mencionadas serão apresentadas na seção 4 deste trabalho.
21. Uma das maiores redes de supermercados do Brasil, criada em São Paulo na década de 1940.
22. O Grupo Globo (Organizações Globo Participações S.A) é composto pelas empresas Globo (Globo Comunicações e Participações S.A.), Editora Globo, Sistema Globo de Rádio e Globo Ventures, além da Fundação Roberto Marinho. Disponível em: <https://grupoglobo.globo.com>. Acesso em: 20 mai. 2024.
23. Disponível em: <https://historia.globo.com/memoria-roberto-marinho/empresas/noticia/tv-globo.ghml>. Acesso em: 24 mar. 2024.

combinação de elementos, como aponta Gramsci:

As modificações nos modos de pensar, nas crenças, nas opiniões, não ocorrem mediante “explosões” rápidas, simultâneas e generalizadas, mas sim, quase sempre, através de “combinações sucessivas” de acordo com “fórmulas de autoridade” variadíssimas e incontroláveis. (Gramsci, 2022, p. 203, grifos no original)

Os “modos de pensar” originam-se e desenvolvem-se pelos consensos, ao passo que o senso comum se formula como uma espécie de aglutinação desses próprios consensos, por meio de um processo de “combinações sucessivas”, tal qual ocorre no assentamento e reforço das ideias dos grupos dominantes frente às classes subalternas. Esse estabelecimento das ideias dominantes se dá no seio da disputa pela hegemonia, isto é, o campo da sociedade civil trabalha o direcionamento dos “modos de pensar” pelo consenso, enquanto se encaminha para o terreno da sociedade política, onde ocorre o processo de coerção.

Dado que os intelectuais atuam “[...] no interior da sociedade civil para construir o consenso em torno do projeto que defendem” (Semeraro, 2006, p. 378), podemos afirmar que esses não estão apenas direcionando o pensamento, como também realizando funções “organizativas e conectivas”.

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso espontâneo dado pelas grandes massas à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio e, portanto, da confiança obtida pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “lealmente” a disciplina de grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (Gramsci, 2022, p. 21, grifos no original)

A atividade dos intelectuais não se caracteriza tão somente pela reprodução de consensos, visto que seu encargo conectivo e organizativo frente aos processos hegemônicos lhes asseguram um papel criativo de renovação intrínseca à função intelectual, portanto não podem ser confundidos como meros instrumentos do capital. No “Dicionário Gramsciano”, no verbete sobre a produção intelectual de Gramsci, o “[...] consenso não é um efeito que se acresce, mas está incorporado, em formas diferentes que se renovam, naquela função de fundo” (Liguori; Voza, 2017, p. 427). Desse modo, podemos aferir essa ideia a partir da noção de que os intelectuais não possuem uma relação imediata com a produção, levando-nos a falsa noção de que eles sejam apenas

reprodutores das ideias da classe dominante, ou seja, descaracterizados de qualquer ação transformativa acerca dos consensos.

No “Valor Econômico”, os intelectuais analisados se amparam firmemente em supostos dados e evidências que argumentam encontrar nos resultados de avaliações, como o “Pisa”²⁴ e “Saeb”²⁵, para fundamentar os seus argumentos sobre as ditas fragilidades e necessidades da educação pública. Mesmo com uma ampla variedade de justificativas, seus fundamentos possuem um único núcleo: a educação básica seria o grande agente catalisador do desenvolvimento econômico, e a economia brasileira não está progredindo como esperado em razão, dentre outros aspectos, pela falta de eficiência da escola.

O que encontramos, portanto, é a responsabilização da educação em geral e dos professores, em particular, pelo atraso econômico, partindo do princípio de que uma melhor capacitação oferecida na educação básica formaria profissionais adequados ao atual mercado de trabalho e, portanto, mais produtivos. Dessa forma, quanto mais produtividade mais avanço econômico, o que, de acordo com esses intelectuais, seria benéfico e lucrativo para a totalidade da sociedade brasileira.

É importante mencionar que a Teoria do Capital Humano, desenvolvida por Theodore Schultz (1902-1998) na década de 1960, é o que fundamenta os principais argumentos presentes nos artigos de opinião analisados. De acordo com Schultz (1973), o investimento em educação seria um dos mais rentáveis, pois uma alta escolaridade resultaria em maior produtividade que, numa espécie de efeito em cadeia, implicaria em uma melhora no Produto Interno Bruto (PIB), acarretando fortalecimento da economia nacional e, naturalmente, na ampliação do bem-estar individual. No Brasil, essa teoria vem sendo fortemente incorporada aos discursos dos intelectuais da burguesia há décadas²⁶.

Os consensos

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é, atualmente, o documento nacional curricular basilar da educação básica brasileira. O documento é constituído por competências gerais e específicas de cada área do conhecimento e de seus componentes curriculares, divididos pelas etapas da educação básica: educação infantil, fundamental e ensino médio. O objetivo é definir os elementos essenciais de aprendizagem de cada etapa, com indicativos do que deve ser ensinado em cada uma delas.

A problemática da BNCC se dá na sua etapa de articulação inicial, em meados do ano de 2015, visto que ela foi inicialmente articulada e impulsionada por movimentos da chamada ‘sociedade civil’ capitaneados

24. *Programme for International Student Assessment*.

25. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.

26. Mais estudos sobre a Teoria do Capital Humano e educação podem ser encontrados em Frigotto, G. (1999). *A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. 5ª ed. São Paulo: Cortez.

por empresários, ainda que com alguma participação da categoria de professores da educação básica e superior. Alguns dos movimentos participantes nessa articulação são o “Todos pela Educação” e “Fundação Roberto Marinho”, os quais possuem intelectuais articulistas no “Valor Econômico”, como já mencionado. Já na elaboração do documento, os docentes foram sumariamente excluídos na etapa final da construção da referida Base, concluída com diversas e significativas alterações em relação às versões anteriores. Essa versão foi entregue ao Conselho Nacional de Educação (CNE) pelo Ministério da Educação (MEC), e no fim de 2017 a Base é homologada pelo então ministro da Educação, Mendonça Filho. É importante destacar que, em 2016, a então presidente do Brasil, Dilma Rousseff (2011-2016), sofre um processo de impeachment, e se inicia o governo de Michel Temer (2016-2018), seu vice. O Governo Temer ainda é marcado por (contra)reformas e medidas que impactaram negativa e diretamente a classe trabalhadora, como a Reforma Trabalhista e o congelamento de gastos públicos.

Já a reforma do ensino médio, determinada pela lei n.º 13.415/2017, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e reestruturou o ensino médio brasileiro, ampliando o tempo mínimo de permanência do aluno na escola de 800 para 1000 horas anuais, e abrindo espaço para a nova organização curricular a partir da BNCC.

A BNCC e a reforma do ensino médio já estavam sendo largamente debatidas no “Valor Econômico” em 2016. Isso porque, nos artigos e nos debates do empresariado, demandava-se políticas que pudessem adequar a educação básica brasileira aos modelos internacionais a partir da flexibilização, horizontalização e uniformização do currículo. No caso da reforma, também se debatia a possibilidade de uma formação profissional e de uma “personalização” da trajetória escolar a partir de escolhas de itinerários formativos. Os motivos alegados eram a alta evasão e desinteresse dos jovens no ensino médio diante do afastamento da escola dos interesses do mercado de trabalho, a generalizada “baixa qualidade” e resultados insatisfatórios nas provas de larga escala. Todos os discursos presentes nos artigos de opinião analisados possuem certa uniformidade, não havendo grandes divergências. Precisamente se resumem no discurso de que as políticas educacionais devem sempre mirar na geração de resultados, ou seja, no aumento da qualidade da educação e, consequentemente, dos resultados vistos nas provas de larga escala.

Grande parte dos intelectuais articulistas do *Valor Econômico* são economistas, como consequência, uma parcela significativa dos artigos se debruça no debate sobre o orçamento público e o investimento do Estado em educação. Podemos sintetizar esse debate em duas grandes problemáticas: haveria um grande investimento em educação, porém, não há o retorno esperado em termos de resultados; e o país seguiria estagnado pela baixa qualidade da formação, e, consequentemente, o trabalho segue com baixa produtividade. Isso, segundo os articulistas,

é consequência direta da má distribuição e gestão do fundo público. A outra problemática, menos defendida que a anterior, refere-se à escassez de recursos e desinteresse no investimento na área da educação. Em comum, em ambas as perspectivas, encontra-se a reiterada crítica da má gestão dos recursos públicos. É importante ressaltar o forte interesse da fração empresarial em abrir espaço para a gestão privada nas escolas públicas. Políticas como essa já estão em andamento em todo território nacional.

Em se tratando da formação docente, os intelectuais entendem que uma mudança é de extrema urgência, pois há uma dissonância entre a formação desses profissionais da educação e as demandas que a sociedade atual exige. Segundo eles, a formação docente está ultrapassada e ineficiente, e os professores estão despreparados técnica e emocionalmente para o trabalho. Além da formação, a carreira também é amplamente discutida, principalmente no que concerne à remuneração docente.

Para os intelectuais, o salário dos professores deveria ser vinculado diretamente ao aprendizado dos alunos, esse medido pelas provas em larga escala. Logo, a ideia é estabelecer um sistema de responsabilização direta dos professores, vinculando o salário com o desempenho dos alunos, ou seja, de forma meritocrática, além de bonificações extras, conforme a posição das escolas nos rankings de desempenho nacionais. Para Freitas (2018), o estabelecimento de um sistema de responsabilização, ou accountability, cria as condições ideais para a transferência de dinheiro público para as iniciativas privadas. Isto porque, pela incessante busca por parte das unidades escolares para que as metas sejam atingidas, pacotes de soluções e materiais orientadores oferecidos por empresas de consultoria aparecem com as ‘soluções mágicas’ para aumentar a “qualidade” da educação.

Os discursos dos intelectuais convergem, em sua maioria, no entendimento de que a falta da produtividade seria um problema gerado pela baixa qualidade da educação básica brasileira. Os intelectuais advogam que a solução para a economia estaria no aumento da qualificação da classe trabalhadora, que passaria, necessariamente, pelo acesso à educação formal de qualidade, que pudesse garantir um maior nível de produtividade. Como consequência, segundo eles, tem-se a diminuição da desigualdade social mediante o crescimento econômico. Portanto, considerando a produtividade estagnada ou em queda, a conclusão a que se chega é de que a formação do capital humano não está atendendo às expectativas. A relação entre educação e produtividade emerge como um ponto central nos discursos desses intelectuais, sendo uma concepção fundamental no projeto educacional burguês.

O que, evidentemente, esconde-se por detrás dessa formulação repetida ad nauseam – embora sua farsa seja diuturnamente evidenciada pela concretude da vida cotidiana da classe trabalhadora – é que o aumento da produtividade do trabalho, na lógica do capital, serve ao processo de

acumulação privada da riqueza socialmente produzida, e quem é a fonte geradora desse valor (riqueza) é a força de trabalho. Conforme Mouriño e Gawryszewski (2020, p. 2):

Na medida, portanto, que a formação dessa força de trabalho mais estiver propensa a gerar valor nas condições que lhe é proporcionada, menor seriam os custos para os capitalistas em treinar, adaptar e forjar subjetiva e objetivamente que esse trabalhador atenda aos requisitos daquele determinado processo produtivo.

Assim, a reiterada ladainha de que para alavancar o processo produtivo seria necessário investir em educação visa também assegurar um determinado tipo de educação, conduzido sob determinadas condições, cuja definição de forma e conteúdo é dada pelas necessidades do capital, diante do seu movimento frenético de buscar o equilíbrio nas suas taxas de acumulação.

Segundo Antunes e Pinto, na sociologia do trabalho, a reestruturação produtiva proveniente do ideário neoliberal no Brasil desde os anos de 1990, teve como consequência a ampliação da flexibilização, da informalidade e da precarização da classe trabalhadora (Antunes; Pinto, 2018). Dentro desse novo modo de produção flexível, há a demanda por profissionais qualificados para a atuação multifuncional em seus cargos, com o objetivo, inerente ao capital, de maximizar a expropriação da força de trabalho para o crescimento da taxa de lucro, que se utiliza também de (contra)reformas e retiradas de direitos trabalhistas para esse fim.

É a partir da ideia de que o Estado deve atender às demandas do capital, com a formação de futuros trabalhadores e trabalhadoras para o trabalho flexível, que o papel dos intelectuais entra em discussão, exercendo sua função dentro do que Gramsci (2019) chamou de Estado-educador na formação e disseminação de visões de mundo tomadas por supostas “verdades”. Nesses termos, portanto, a formação escolar e o próprio conceito de educação tornam-se um campo fundamental de disputa na arena da luta de classes. Dessa forma, as mais recentes políticas educacionais e os debates propostos pelo empresariado nos artigos analisados neste trabalho, nada mais são do que o funcionamento da função intelectual na constante reestruturação e adaptação da educação às atuais necessidades do capital.

Considerações finais

Levando em consideração os postulados de Gramsci em relação aos intelectuais orgânicos, isto é, quanto à posição que ocupam e a função que exercem na sociedade, pode-se compreender os articulistas dos artigos de opinião do jornal “Valor Econômico” como intelectuais orgânicos de tipo urbano, representantes de uma ou mais frações de classe da burguesia,

tendo por especialidade a tarefa de reproduzir consensos sobre a educação básica e para a formação de um “bloco político intelectual”, nos termos de Gramsci (2022), de forma ativa nas suas instâncias de atuação, sejam elas empresas, instituições e/ou organizações sociais, e nas mídias, quanto na conformação social, em termos mais gerais. Trata-se, portanto, de um movimento de manutenção e expansão da hegemonia da classe ou frações de classes às quais estão vinculados.

Os artigos assinados por esses intelectuais no jornal “Valor Econômico”, no período de 2016 a 2022, aqui analisados, debatem políticas como a BNCC, a reforma do ensino médio, o capital humano e produtividade, e o financiamento da educação no Brasil, e, embora partam de debates distintos e diferentes pontos de vista, parecem convergir na ideia principal de que a educação tem como responsabilidade desenvolver a economia do país a partir da formação de um capital humano produtivo. Amparados por ditas evidências presentes nos resultados das provas de larga escala, esses intelectuais organizam o que compreendemos como consensos, que são construídos com ‘fatos’ sobre a educação básica, e que servem como justificativas para a abertura cada vez maior da inserção de organizações privadas da sociedade civil no planejamento e organização do debate sobre políticas públicas de educação.

É fundamental o aprofundamento da investigação sobre a parcela intelectual do empresariado e de seus discursos reproduzidos na grande mídia, na engrenagem de manutenção da hegemonia burguesa, pois está em jogo, ao fim e ao cabo, a subsunção da escola à atual fase de acumulação de capital. O conceito determinante para o entendimento da atuação desses sujeitos hegemônicos na sociedade civil é o de intelectual orgânico, de Gramsci. No trabalho em tela, o conceito revela-se central para a compreensão desta intelectualidade como uma função de classe fundamental para a configuração e manutenção ideológica da hegemonia burguesa, mediante a produção dos seus consensos.

Considera-se que os autores convidados a escrever sobre educação no periódico “Valor Econômico” assim o são justamente pela sua posição no sistema de relações na qual sua atividade se encontra “[...] no complexo geral das relações sociais” (Gramsci, 2022, p.18). Portanto, reforçando seus papéis de intelectuais do empresariado com capacidade técnica e dirigente, mas sem nenhum vínculo com a noção de educação para a emancipação humana.

Referências

- Andrade, M.C.P. y Motta, V.C (2020) O empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões. *Educação & sociedade*, 41, 1-13, doi: <https://doi.org/10.1590/ES.224423>.
- Andrade, M.C.P. y Motta, V. (2022). O empresariamento da educação de novo tipo e seus agentes: o empresariado educacional do tempo presente. *Trabalho Necessário*, 42, 01-27. doi: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i42.54290>.

- Antunes, R.; Pinto, G.A. (2018). *A Fábrica da Educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista*. Cortez Editora
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Brasil. (2018). Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase>.
- Casimiro, F.H.C. (2016). A nova direita no Brasil: aparelhos de ação político ideológica e a atualização das estratégias de dominação burguesa (1980 – 2014) (tese publicada). Departamento de História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói. <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13910>
- Diniz, A.M. (2021). Educação ou morte. *Valor Econômico*. <https://valor.globo.com/opiniaocolumna/educacao-ou-morte.ghtml>.
- Dourado, I.P. y Silva, M.M. (2024). A trajetória de estudos do grupo Lute e o necessário diálogo com Gramsci. *Práxis e Hegemonia popular*, 9, 32-47. doi: <https://doi.org/10.36311/2526-1843.2024.v9n14.p32-47>.
- Dreifuss, R. (1981). *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Editora Vozes.
- Evangelista O. (2012). Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. Em R. Araujo, S. Doriedson Rodrigues. (orgs.). *A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais* (pp. 52-71). Alínea.
- Freitas, L.C. (2018). *A reforma empresarial da educação: novas direitas, velhas ideias*. Expressão Popular.
- Gramsci, A. (2019). *Cadernos do cárcere. Vol.3*. Civilização Brasileira.
- Gramsci, A. (2022). *Cadernos do cárcere. Vol.2*. Civilização Brasileira.
- Gruppi, L. (1973). *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Edições Graal.
- Lamosa, R.A.C. y Vieira, N. (Org.) (2020). *Todos Pela Educação? Uma década de ofensiva do capital sob as escolas públicas*. 1ed. Appris.
- Liguori, G. y Voza, P. (org.). (2017). *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. Boitempo.
- Marx, K. (2008). *Contribuição à crítica da economia política*. Editora Expressão Popular.
- Mendonça, S.R. (2014). O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. *Marx e o Marxismo*, 2(2), 27-43. doi: <https://doi.org/10.62782/2318-9657.2014.35>.
- Mourinho, L. y Gawryszewski, B. (2020). A agenda da produtividade da Confederação Nacional da Indústria: qual o papel da (contra) reforma do ensino médio? *Revista Pedagógica*, 22, 1-27. doi: <https://doi.org/10.22196/rp.v22i0.5798>.
- Netto, J.P. (2011). *Introdução ao estudo do método de Marx*. Expressão Popular.
- Nienkötter, A.L. (2023). *Dirigir o pensamento e influir no futuro: a (re)produção de consensos sobre a educação básica brasileira no jornal Valor Econômico de 2016 a 2021 (tese publicada)*. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/8672/Alessandra_Lu_se_Nienkötter_16969661825903_8672.pdf
- Schultz, T. (1973). *O capital humano. Investimentos em educação e pesquisa*. Zahar

Editores.

Semeraro, G. (2006). *Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. Cadernos do Cedes (Unicamp)*, 26, 373-391. doi: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622006000300006>.